



DA “ORDEM UNIDA” AO ESPÍRITO DE CORPO”: O FEMININO NO DISCURSO POLICIAL MILITAR

Geórgia de Castro Machado Ferreira

A Análise de Discurso de vertente materialista (AD) teve como precursor Michel Pêcheux, se constituindo epistemologicamente como uma teoria não-subjetiva da subjetividade onde o sujeito não é dono do seu dizer, mas é afetado pela ideologia, história e inconsciente. O seu objeto, o discurso, é definido como o efeito de sentido entre os pontos A e B, sendo estes as representações dos sujeitos no discurso a partir da conjunção entre língua e história. Sabendo que o corpo, no campo da AD, é considerado como uma materialidade discursiva, considerarmos que ele é objeto de inscrição ideológica e de valores e atributos que contribuem para construção dos processos identitários dos sujeitos. Neste sentido, buscamos refletir neste artigo, sobre as formas pelas quais o corpo feminino foi representado e construído discursivamente no discurso policial militar.

Para tanto, o *corpus* escolhido foi uma matéria publicada nos anos de 1990, no Jornal A Tarde de Salvador, intitulada – **Mulher começa bem o treinamento na PM**, que retratou o início do treinamento das primeiras mulheres a ingressarem na Polícia Militar da Bahia (PMBA). As armas e as fardas já não pertenciam exclusivamente aos homens. Esses símbolos, identificadores da virilidade, foram cedidos às mulheres. Contudo, para que esse processo de fato ocorresse, foi necessária a criação da Companhia de Polícia Militar Feminina (Cia PM Fem)¹ através do decreto n.º 2.905 publicado em 1989, espaço socialmente demarcado, com atividades específicas que delimitavam as fronteiras entre feminino e masculino e a forja dos seus corpos.

Observamos, na análise da materialidade discursiva, que o título da reportagem aparece em negrito, com fonte maior que a do texto, sendo destaque na página policial. Essa frase produz, ao menos, dois efeitos de sentidos. O primeiro estaria relacionado a fragilidade da mulher que na formação discursiva (FD) patriarcal deveria ser submissa ao marido e ao pai, restrita ao lar e precisaria de autorização para trabalhar. Sobre FD, Pêcheux (2014, p. 147, grifos do autor), esclarece que “chamaremos de *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinado pelo estado de luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* [...]”.

O corpo da policial militar, assim como o masculino, tornou-se algo que se fabricava, através do poder disciplinar (FOUCAULT, 1997) e nesse caso, por meio do quadro curricular ministrada no curso de formação. Durante o período formativo, as selecionadas ocuparam as instalações da Vila Policial Militar (VPMB), localizada no Bonfim, bairro da cidade do Salvador. Acredita-se que, a formação não visível aos olhos da tropa masculina era necessária, como alternativa para amenizar o impacto da concretude de

¹ Cabe ressaltar que a Cia PM Fem foi criada em 1990 e extinta 1996, sendo as mulheres distribuídas para as demais Unidades Operacionais da PMBA.

mulheres sendo transformadas em policiais militares. Esse estranhamento ainda avança, quando se pensa no ingresso de mulheres após concurso público, conhecido no ambiente policial militar como processo de recrutamento e seleção, em uma instituição essencialmente masculina e atrelada a virilidade. Pensando que o processo formativo seria “basicamente o mesmo do policial masculino” conforme destaca a matéria, a regra seria o feminino não se adaptar ao trabalho policial em razão da sua suposta fragilidade.

Por outro lado, pode remeter a facilidade de aprendizado da mulher, materializado nos trechos: “[...] as garotas têm mostrado mais facilidade de aprender do que os homens”, “[...] a mulher assimila mais rápido parte da instrução. Para nós, isso causa surpresa [...]”, “[...] o comandante Melo confirma, dizendo que elas estão superando as expectativas “adaptando-se muito bem a vida militar e demonstrando capacidade superior ao policial masculino” [...]”. Interessante mencionar que, esses excertos da reportagem, correspondem a falas atribuídas ao comandante da Cia PM Fem a época, o Major PM Antônio Melo e demais integrantes daquela Unidade Operacional (UOp), responsáveis pelo processo formativo das primeiras mulheres.

O corpo surge então, para a AD, como relacionado a novas formas de assujeitamento, e portanto, associado a noção de ideologia. Logo, “[...] mais do que objeto teórico o corpo comparece como dispositivo de visualização, como modo de ver o sujeito, suas circunstâncias, sua historicidade [...] lugar do visível e invisível [...]” (FERREIRA, 2013, p. 78), passamos a descrever as rotinas disciplinares elencadas na materialidade, para a sua construção: o curso ocorreu em regime de semi-internato para as alunas advindas do interior do estado, que correspondiam a 32 (trinta e duas) mulheres, materializado no trecho “parte das alunas – 32, que vieram do interior – está morando na Vila Policial Militar, no prédio destinado a Corporação Feminina”. A rotina começava as 05 horas, em razão da alvorada, para as alojadas. Em geral, conforme aparece no *corpus*, a apresentação ocorria às 07h30 e finalizava às 17h30, com duas horas para almoço. As aulas de defesa pessoal e educação física ocorriam de segunda a quinta, sempre às 16h30. Às sextas, eram liberadas no turno vespertino para resolver demandas pessoais.

Nas primeiras semanas de curso, assistiram a palestras ministradas pelos oficiais da Cia PM Fem nas quais foram apresentadas as regras de convivência básica no quartel. Isso implica dizer que no decorrer desse processo, as alunas a soldados e alunas a sargentos, foram direcionadas aos rituais burocráticos de recepção e organização próprios do ambiente policial militar. Vimos que “nos primeiros dias, as alunas se apresentaram e escolheram o nome de guerra – pelo qual serão conhecidas nos meios militares. A maioria optou pelo primeiro nome, mas algumas preferiram, como acontece com os homens, ser chamadas pelo sobrenome”, trecho extraído da reportagem. Contudo

[...] A nomenclatura individual no militarismo tem por base o nome da família, o sobrenome, tal qual uma nobreza feudal – o sobrenome dos guerreiros. No caso das mulheres, a nomenclatura foi inversa, pois era necessária a distinção e a identificação pelo sexo, pelo corpo, em todas as instâncias. Sobrenomes são masculinos e a documentação precisava traduzir a diferença sexual. Era preciso saber, mesmo que distante do olhar, que se tratava de uma mulher ou de um homem policial (MOREIRA, 2016, p. 108).

Ainda nesse passo, Moreira (2016, p. 107, grifo nosso) alertou que

Se, por um lado o curso de formação [...] femininos, comparativamente ao dos praças masculinos, mostra-se amenizado, pois protegido, no que diz respeito aos horários, alimentação e limpeza, por outro lado, para as mulheres, foram criadas regras específicas de conduta. [...]. **A normatização do corpo feminino policial aconteceu ao longo do**

processo concreto da inclusão: o curso de formação e a posterior ocupação no cenário urbano [...].

Para normatizar esse corpo, o curso de formação recorreu aos componentes curriculares. O primeiro deles foi a instrução de Ordem Unida. Segundo o Manual de Campanha C 22-5², aprovado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro, a Ordem Unida proporciona aos militares os meios para se apresentarem e deslocarem em perfeita ordem, independente das circunstâncias do combate, treina oficiais e graduados para exercerem o comando de tropa, desenvolve sentimento de coesão e obediência, eleva as apresentações militares em paradas com energia e marcialidade, constituindo-se dessa maneira, numa verdadeira escola de disciplina.

Esse processo começaria no período de adaptação, alocando-os na condição de “bichos” (CASTRO, 2004). O vocábulo, segundo o antropólogo, designaria os alunos iniciantes dos cursos de formação de policiais e que, curiosamente, pode ter originado o termo “bichoforme”, para definir o uniforme peculiar utilizado pelos recrutas, novatos ou neófitos nesse meio, ou seja, a calça jeans, tênis e camiseta branca. Essa prática, comum na caserna, é silenciada na reportagem, que apenas traz o seguinte trecho “[...] o uniforme provisório – jeans e camiseta- será usado até o final deste mês. É o prazo para que os novos uniformes estejam prontos. A demora na entrega se deve a algumas adaptações, como a produção de coturnos em formas menores”.

Embora, as disciplinas ministradas no curso de formação das mulheres tivessem o mesmo conteúdo programático aplicado aos homens, e focava nas técnicas policiais militares, conforme se lê no trecho “[...] O currículo é basicamente o mesmo de policial masculino: técnica policial; armamento e tiro; legislação; direitos humanos; defesa pessoal; psicologia; entre outras matérias”, para as mulheres foram adicionados dois componentes específicos: noções de serviço social e direitos do menor. O que rememora parafrasticamente a saberes e práticas “já ditas”, em outro local e momento, especificamente aos moldes utilizados pelas forças policiais pioneiras na inserção do feminino na caserna, vindo ao encontro do ideal para a função de policial feminina.

É necessário perceber que “[...] mais uma vez a língua traz as marcas do funcionamento discursivo, presentes na formação discursiva patriarcal, que coloca os sujeitos “nos seus devidos lugares” [...]” (ALVAREZ, 2020, p. 68), pois a inclusão da disciplina serviço social e direitos do menor mostram que, apesar de terem ingressado no funcionalismo público, especificamente na força policial militar, “[...] a disciplina a que foram submetidas e as avaliações a elas aplicadas não destoavam dos ensinamentos e regramentos que eram destinados aos homens policiais [...]” (MOREIRA, 2016, p. 121), mais havia uma diferenciação de gêneros, onde as mulheres deveriam ser colocados em um local específico.

Caberia a elas, o policiamento ostensivo voltados ao atendimento de idosos, ladras, mulheres e crianças, materializado em mais um trecho da notícia, que assim explica “sem prejuízos do trabalho em outras áreas, elas atuarão em locais de fluxo turístico, em ocorrências policiais envolvendo menores ou mulheres no trânsito”. Os sentidos que circulam nesse espaço, nos levam a enxergar que “[...] o trabalho feminino remonta ao seu sentido derivado da formação discursiva patriarcal: é discursivizado como

² BRASIL. EXERCITO BRASILEIRO. **Manual de Campanha – Ordem Unida**. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt33/9756-o-batom-como-arma-identidade-e-usos-da-imagem-feminina-na-policia-militar-de-sao-paulo/file>. Acesso em: 08 abr. 2021.

“trabalho doméstico”. Há aí um sentido naturalizado pelo funcionamento da ideologia: o trabalho feminino tem que ser o doméstico [...]” (ALVAREZ, 2020, p. 69), retomando o discurso maternalista. A mulher passa a ocupar outros espaços, mas trazendo aquilo visto como atribuições próprias da construção das mulheres, o cuidado doméstico e a maternagem, sua vocação natural (BEAUVOIR, 2009), a capacidade de acolher e oferecer um tratamento mais cortês a sociedade.

Por outro lado, a FD policial militar evoca o discurso científico materializado nos textos das defensoras do policiamento feminino, Esther Figueiredo Ferraz, Hilda Macedo e Maria Luísa Pedroso, basilares para a criação da Polícia Feminina em São Paulo, nos anos de 1955. Defendiam que o feminino seria o ideal para assistir os declarados crianças, idosos e outras mulheres, inclusive aquelas de comportamentos desviantes da feminilidade idealizada, aproximando-se do discurso das sufragistas.

A presença de mulheres na instituição polícia militar marcada por atividades viris, mesmo que designadas às funções assistenciais, não poderiam deixar dúvidas, quanto aos aspectos heteronormativos. Isso porque, para concretizar a transformação das alunas policiais em militares era/foi necessário submeter o corpo feminino as técnicas policiais para que as aprendessem, aos movimentos da Ordem Unida, militarizando-o seus gestos, aperfeiçoando-o “o já sabido”, com as noções de serviço social e as regras militares, em especial, as específicas à dita feminilidade (MOREIRA, 2017), a exemplo do cabelo, unhas e maquiagem.

Os corpos marcados pelos efeitos da hierarquia e disciplina, passam a ter seus gestos e comportamento manipulados. E, nesse processo de inscrição na forma-sujeito mulher policial militar, embora incorporem traços guerreiros tendem a exigir desse sujeito, maior atenção ao uso de maquiagem e discrição na escolha dos brincos, esmaltes e disposição do cabelo, mantendo-se “[...] “femininas” e ao mesmo tempo preparadas para o exercício da atividade policial sem se “masculinizarem”, as policiais contribuiriam [...] para a humanização da imagem da PM [...]” (SOUZA, 2015, p. 10, grifo do autor).

Além da homogeneização da tropa feminina, a preocupação em conter os cabelos nos remota já-ditos da formação discursiva patriarcal na qual, “os cabelos são a mulher, a carne, a feminilidade, a tentação, a sedução, o pecado” (PERROT, 2007, p. 55) e, portanto, deveriam ser presos em coque. Em público, raramente apareciam soltos, na maioria das vezes presos. Somente eram soltos, na intimidade do lar, para o marido, ou no quarto antes de dormir. Ao mesmo tempo, aparecem as marcas de construção de sentidos quando a Instituição autoriza as mulheres a usarem um corte de cabelo curto, oscilando entre a emancipação feminina e o patriarcado. Observemos a imagem abaixo:

Imagem 1 – Alunas em aula no auditório



Nas palestras ministradas, elas aprendem às regras de convivência dentro da Vila Militar

Fonte: Jornal A Tarde – matéria publicada em 18/05/1990 – Biblioteca Central

Na imagem, também disposta na reportagem, se observa uma aluna militar, em postura ereta, na posição de descansar, olhar firme no horizonte, comportamentos militarizados internalizados, com vestimentas que não erotizam seu corpo nem valorizam suas curvas. Outro detalhe importante, refere-se à padronização dos cabelos, unhas e maquiagem, pela Instituição através do curso formativo. A materialidade analisada, descreve que “a regra básica para o cabelo é: quem tem curto, desde que não cubra a gola da blusa, pode mantê-lo solto. As que tiverem cabelo abaixo do ombro, se não quiserem cortá-lo, deverão usar uma trança embutida ou coque”, desnudando que a ideologia dominante condiciona a mulher a manter os cabelos curtos ou até a altura do ombro para que pudessem usá-los soltos. Caso contrário, deveriam prendê-los em rabo de cavalo e fazer um penteado em coque.

Além da padronização dos cabelos, o uso de acessórios também o foram. Elas poderiam usar “brinco sem pingente, relógio e aliança ou anel de formatura” quando fardadas, outro trecho da reportagem, que permite circular sentidos de que no quartel a feminilidade era controlada, algo que perdura nos tempos atuais, parametrizado em portaria que versa sobre o padrão estético para apresentação pessoal, tanto masculino quanto feminino³. Os brincos deveriam ser pequenos não ultrapassando o lóbulo da orelha, apenas um anel e um relógio de pulso. Maquiagens extravagantes eram terminantemente proibidas e o tamanho das unhas não poderiam ultrapassar a falange distal.

Nesse espaço, não se fala em estética feminina, enquanto definição de padrões de beleza. As condições de produção dessa análise, nos levaram para um ambiente marcado pela virilidade, onde a entrada do feminino cujo corpo “[...] é também, no curso da história, um corpo dominado, subjugado, muitas vezes, roubado [...]” (PERROT, 2007, p. 74), passa a ser idealizado e padronizado para aquele ambiente, ou seja, a feminilidade é valorizada, mas de forma controlada. Percebendo o atravessamento do interdiscurso, ressaltamos que “[...] o discurso que definiu as atividades da polícia feminina existia em outros espaços sociais e inscrito em corpos de mulheres que, para serem reconhecidas, precisavam assumir o discurso institucional [...]” (SCHACTAE, 2016, p. 95), portanto, que remetem a já-ditos.

No trecho “os adereços ainda são muitos também, mas todas demonstram estar dispostas a entrar no esquema”, materializa que “[...] a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação do (sujeito) com a formação discursiva que o domina [...]” (PECHEUX, 2014, p. 150). As alunas policiais em fase de aprendizado das regras corpóreo-ideológicas da caserna, passam a se identificar com a formação discursiva dominante, no caso a policial militar, estando dispostas a “entrar no esquema”. Lembremos que, esse processo foi definido por Pêcheux (2014, p. 199, grifos do autor) como a primeira modalidade de subjetivação da forma-sujeito que “[...] consiste numa superposição (um recobrimento) entre sujeito da enunciação e o sujeito universal, de modo que “a tomada de decisão” do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma de “livre consentido” [...]”.

Os sentidos que circulavam na caserna levam a interpretar que, embora estivessem ocupando outro espaço, as mulheres acabavam trazendo atribuições vistas como próprias da sua construção e vocação natural, a exemplo do cuidado doméstico e materno, a capacidade de acolher e oferecer um tratamento mais humanizado. Atrelado a isto, a partir do controle do corpo a instituição policial moldou o

³ Portaria n.º 001-CG/2017, facilmente encontrada no site de pesquisa google. Os regramentos estéticos, ainda permanecessem, apenas com algumas ressalvas. Cabelos soltos, somente com tamanho que não ultrapasse a gola da camisa. Trança ou rabo de cavalo somente é permitido, quando se utiliza uniforme para realização de práticas desportivas. Quanto aos esmaltes, os tons em vermelho e francesinha passam a ser liberados e são reforçados os tons que não contrastem com a pele.

comportamento das mulheres ingressas, definindo os valores a serem incorporados bem como as interdições, parametrizando regras para o uso de batom, maquiagem, brincos e penteados para os cabelos, aspectos que demarcavam a posição-sujeito de mulheres na/da segurança pública, evidenciando os saberes da formação discursiva policial militar.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Palmira Heine. **Mulheres em Revista**: a discursivização da mulher na revista jornal das moças da década de 1950. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

BAHIA. **Decreto Estadual n.º 2.905, de 19 de outubro de 1989**. Dispõe sobre a criação da Companhia de Polícia Feminina no Estado da Bahia.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CASTRO, C. **O espírito militar**: um antropólogo na caserna. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O corpo como materialidade discursiva. **Redisco**, Vitória da Conquista, v. 2, n. 1, p. 77-82, 2013. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/236654571.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

JORNAL A TARDE. **Mulher começa bem o treinamento da PM**. Sexta-feira, 18 maio 1990.

MOREIRA, Rosemeri. **Entre o mito e a modernidade**: a entrada de mulheres na Polícia Militar do Paraná. Guarapuava: Editora Unicentro, 2016.

MOREIRA, Rosemeri. **Sobre mulheres e polícias**: Polícia feminina no Brasil – a invenção paulista (1955-1964). Guauapuava: Editora Unicentro, 2017.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica a afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

PERROT, Michelle. **Minha história de das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

SCAHCTAE, Andréa Mazurok. A arma e a saia: definindo a atividade policial feminina e reconstituindo diferenças de gênero. **O público e o privado**, n. 28, p. 91-109, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.seer.uece.br/?journal=opublicoeprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=2136>. Acesso em: 10 abr. 2021.

SOUZA, Marcos Santana. **O batom como “arma”**: identidade e usos da imagem feminina na Polícia Militar de São Paulo. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt33/9756-o-batom-como-arma-identidade-e-usos-da-imagem-feminina-na-policia-militar-de-sao-paulo/file>. Acesso em: 09 abr. 2021.